

1. REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA: UMA ESTRATÉGIA FUNDAMENTAL

Que precisamos implementar uma profunda reestruturação administrativa, capaz de incidir sobre o jeito como funciona e deixa de funcionar parte desse aparelho do Estado, que é a Prefeitura, não tenho dúvidas.

O ano que passou mostrou quão hostil e perversa é a "lógica da máquina", responsável pela gestão e pelo investimento no espaço urbano, que historicamente tem reproduzido e alimentado a dinâmica capitalista de produção e reprodução da cidade; dinâmica que produz o conflito, não explícito, entre os interesses privados de determinados setores capitalistas (especuladores imobiliários, construção civil, empreiteiras, empresas de ônibus, bancos, comércio), que se apropriam da produção e dos benefícios urbanos e os interesses daqueles que têm na cidade um espaço de reprodução da vida (a maioria da população).

Transformar esse aparelho para que seja um instrumento a mais na luta dos trabalhadores no seu processo de organização e mobilização, na perspectiva da sua emancipação, é o grande desafio da Frente Popular, como governo da Cidade.

Isso exige uma radical democracia na cidade. Como afirma o informe do companheiro Luiz Dulci: "A experiência prática tem demonstrado que a inversão drástica de prioridades em benefício da maioria espoliada só é viável se sustentada diretamente pela participação popular. Não podemos enfrentar a poderosa e bem organizada elite dominante exclusivamente com a vontade política de nossas equipes de governo.

Novos canais de participação democrática, traduzindo no plano institucional o acúmulo das lutas sociais, revelam-se por isso mesmo peças-chaves em qualquer gestão municipal petista. Sem falar no incentivo aos Conselhos Populares autônomos, que também podem robustecer e politizar a dialética povo trabalhador/Estado.

Sem tal incremento de participação popular, nossa vontade política, por mais autêntica e generosa, tende a ser neutralizada pela reação conservadora.

O primeiro campo de construção desta democracia se relaciona diretamente com a esfera de ação das administrações populares: reformas administrativas, descentralização de decisões, realização de referendos e plebiscitos, abertura do controle das finanças e empresas públicas ao controle popular" (Boletim Nacional - PT, nº 49).

Criar condições para que a população se aproprie dos mecanismos da gestão pública é parte integrante desse desafio. Assim estaremos criando possibilidades de reforçar a organização popular, que pos

servir de contrapeso e interlocutora à administração, estabelecendo controle social sobre a máquina e aprofundando as brechas no aparelho do Estado pela nossa presença enquanto forças progressistas e populares e contribuindo para alterar a correlação de forças a favor da classe trabalhadora.

Precisar portanto, o norte político, que deve orientar o governo da Frente Popular; definir claramente as prioridades programáticas que configurem a cara da Administração Popular e reorganizar a equipe responsável (Secretariado, CCs e FGs) pela implementação de nosso plano de governo é fundamental para viabilizar as nossas estratégias-de ação, entre elas a reestruturação administrativa.

E o balanço de nosso primeiro ano de administração constata um profundo nível de desgaste político. E, resgatar, hoje, a credibilidade da população, exige iniciativas ousadas, voltadas para a população marginalizada, que materializem o nosso compromisso, configurando a nossa cara, ao mesmo tempo que consigam contribuir eficazmente no resgate da cidadania, superando sua alienação frente ao Estado, "envolvendo-a em decisões cruciais de modo que possa aprender e se desenvolver mediante seus êxitos e seus erros".

Nesse sentido a questão da democratização da gestão pública, descentralização administrativa e da participação popular são estratégias umbilicalmente vinculadas com a reestruturação administrativa.

Digo isso para chamar a atenção sobre o momento especial que vivemos, fazendo o balanço de nossa gestão e reorientando o nosso trabalho para esse ano. Não podemos, pois, perder essa visão de globalidade sob pena de, mais uma vez, premidos pela crise, empurrar as coisas de barriga, e nos obrigando a refazê-las logo adiante.

Quero que a discussão específica que envolve a reestruturação da FESC ou sua extinção seja pensada dentro desse norte geral.

2. ESTUDO DE VIABILIDADES:

Aprofundamos, na FESC, a discussão sobre a viabilidade de sua extinção, nos valendo de estudos de Fábio Barbosa, Renato Moreira e do SENALBA.

Em síntese, a extinção da Fundação com a consequente demissão de todos os seus funcionários é praticamente inviável, pois implicaria na transformação total das suas finalidades. E hoje os Centros Comunitários constituem uma conquista e um direito da população, além de representar um profundo desgaste para a Frente Popular a interrupção das suas finalidades.

Um texto específico analisará melhor essa questão.

Também um estudo, ainda bastante preliminar, da incidência no saneamento financeiro, mostra que a racionalização econô-

a decorrente da extinção é insignificante.

Portanto, o que está colocado é a racionalidade administrativa e a importância política que tem ou pode ter uma Fundação para uma Administração Popular.

Queria propor, portanto, que não só se fizesse a discussão da extinção da Fundação, mas também fosse feito um esforço no sentido inverso, um estudo de sua viabilização, como possibilidade de ser instrumento de desenvolvimento de projetos alternativos e mesmo de angariação de recursos para sua implementação.

3. O RESGATE DE UMA HERANÇA:

Três razões do meu ponto de vista, contribuem muito para apressar a conclusão de que se deva acabar com a FESC.

Uma é a tradição que envolve as Fundações em práticas clientelistas, de empreguismo e corrupção (vide a escandalosa lista de contratações autorizada por Collor, quando Governador de Alagoas), hoje disciplinada, pela exigência de concurso público para contratação de funcionários, princípio defendido firmemente pela Frente Popular. Queremos chamar a atenção também que essa prática de empreguismo não se restringiu às Fundações, mas eram políticas de governos sem os compromissos de governos democráticos e populares, perpetrada em todos os órgãos públicos.

Outra razão é o descaso para com a manutenção e qualificação dos recursos da FESC, o que culminou com um processo de extinção desenvolvido pela gestão anterior, depois interrompido, o que agravou mais ainda as condições das Unidades Operacionais e a possibilidade de resgate do funcionalismo para uma proposta nova de reestruturação, redefinição das suas finalidades e a potencialização dos seus recursos.

Acrescentem-se a isso as nossas próprias deficiências na administração da FESC, durante o ano passado, bem como do conjunto da AP, o que nunca permitiu que se traçasse um objetivo preciso sobre os rumos a serem perseguidos por nós e pelo conjunto da AP. Chegou-se ao absurdo de se colidirem posturas levadas à público, inclusive via imprensa burguesa, o que ajudou a criar um clima de intranquilidade muito grande, tanto entre os CCs e FGs bem como entre os funcionários.

A terceira está ligada a uma incompreensão ainda muito grande quanto à importância de políticas culturais e de esporte e recreação, enquanto elementos necessários para a criação de espaços que permitam o questionamento e a recriação de uma nova cultura política, essencial na construção de uma nova hegemonia na perspectiva de construção do socialismo, fruto da visão economicista ainda muito presente entre as esquerdas.

Afirmar que não cabe à Prefeitura centralizar ou mesmo coordenar as políticas culturais da cidade, não significa que sua ação não possa até ser decisiva para impulsionar o seu desenvolvimento.

Creio que essa indefinição se deve à falta de clareza sobre o projeto que nos cabe desenvolver na administração. "Não há ventos que sirvam a um barco sem rumo".

4. REFLEXÃO SOBRE AS ALTERNATIVAS VENTILADAS:

Não gostaria que a decisão de extinção fosse fruto da simples exigência de que é preciso fazer alguma coisa, porém fosse a maturação de uma reflexão séria, para o que esse texto visa contribuir.

Minha posição pessoal nesse momento é levar adiante o processo de reestruturação da Fundação baseado em nosso Plano-90, convicto de que o trabalho que está sendo desenvolvido e as metas propostas são importantes para o governo da Frente Popular, sobretudo considerando ser o nosso governo não só um "governo para a população", mas sim, "com a população", tendo suas organizações como principais interlocutores.

Temos claro que não será resolvido o problema da participação popular somente pela otimização do trabalho da FESC. Será necessária a reorientação total da forma de relação da AP com a população, rompendo com a relação utilitária que a marcou até agora, o que não incidiu no processo de transformação da população de simples atores sociais de pressão sobre o Estado, em sujeitos da ação política da gestão pública.

Desde que estamos na FESC, tínhamos muito claro que não se tratava de cada qual tentar desenvolver o melhor esforço em cada órgão, mas, superando o corporativismo, promover uma ação conjugada. Obtivemos alguns êxitos e emperramos em outras questões. E no Plano-90, re colocamos como primeiro nível de nossa ação a integração com o conjunto da Administração Popular, na luta pela implementação das prioridades, que configurem a nossa cara.

Exemplifico essa questão analisando a tentativa de criação de uma "comissão de eventos", por ocasião do primeiro plano semestral, quando, no meu ponto de vista, ela não se consolidou, não pelos emperramentos da máquina, mas pela falta de vontade e clareza política dos seus integrantes.

Como dizer que foi a máquina se não a tensionamos no seu limite? E isso sem falar de disputas internas despolitizadas que tiveram um efeito paralizador da política administrativa da Frente Popular.

E isso não se faz apenas pela reforma administrativa, pois a mesma visão corporativa reinante entre secretarias pode-se repro

...r entre diversos setores ou supervisões de um mesmo órgão, se não ar
dos com políticas claras e estratégias precisas de incidência sobre as
rotinas da máquina.

A pouca socialização interna da Administração Popu-
lar do que cada órgão vem implementando é outro problema do governo e
tem sido outro fator de desconsideração para com a FESC. E não tem contri-
buído no sentido de aprendermos tudo dessa extraordinária experiência de
governar uma cidade.

Construir, pois, uma prática subversiva, capaz de
quebrar o emperramento da máquina, pela radical democratização da gestão,
só será possível com a efetiva participação popular. E minha avaliação
vai no sentido de entender que o processo de construção dos Conselhos Co-
munitários em cada Centro é contribuição importante, sendo elemento de
dinamização da própria organização comunitária da região.

As experiências nesse campo têm sido um elemento de
tensionamento das rotinas burocráticas muito importante, que vem confir-
mar a sua necessidade vital para o futuro de uma administração, na pers-
pectiva de construção do socialismo.

Extinguir a FESC, redistribuindo suas funções entre
vários órgãos (Assessoria Comunitária do Gabinete: Coordenação das Uni-
dades Operacionais; SERP: Esporte e Recreação; SMC: atividades culturais,
por exemplo) não garantem a racionalidade do seu funcionamento.

A primeira condição é, nesse momento de avaliação,
que ora se desdobra, mergulharmos, com a simplicidade e seriedade de revo-
lucionários, na busca das causas dos impasses e definição de estratégias
que articulem o coletivo de CCs, Partidos da Frente Popular e organiza-
ções populares, e façam da AP uma contribuição eficaz no fortalecimento
da luta contra a exploração e opressão da classe trabalhadora.

Waldir José Bohn Gass.